

## MENÇÃO À JÚLIA, FILHA DE JÚLIO CÉSAR, NA BIOGRAFIA DO GENERAL ESCRITA POR SUETÔNIO

Amanda Prima Borges<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo tem por objetivo analisar a representação que Suetônio faz de Júlia, filha de Júlio César, em sua narrativa sobre a vida do general. O autor, no século II d.C., compôs sua obra *De vitis Caesarum* incluindo biografias de César e dos primeiros onze imperadores, buscando trazer informações sobre suas atuações políticas, conquistas e fracassos, relação com o povo, com o exército etc. Contudo, em meio à história composta por Suetônio, diversas personagens ajudam a desenhar os eventos das vidas dos homens biografados, incluindo a de César. Nesse texto, portanto, buscaremos direcionar o foco especialmente para uma das mulheres que aparece na história da vida de César: Júlia. Assim, o objetivo será analisar de que forma essa personagem é retratada, examinando principalmente quais são seus níveis de autonomia, na narrativa construída pelo biógrafo, em relação aos eventos nos quais se vê envolvida.

**Palavras-chave:** Júlia; Júlio César; Suetônio; *De vita Caesarum*; Pompeu.

### MENTIONS TO JULIA, JULIUS CAESAR'S DAUGHTER, IN HIS BIOGRAPHY WRITTEN BY SUETONIUS

**Abstract:** This paper aims to analyze Suetônio's vision of Julia, daughter of Julius Caesar, in his narrative about the general's life. The author, in the 2nd century AD, wrote *De vita Caesarum* including biographies of Caesar and the first eleven emperors, seeking information about their political actions, achievements and failures, relationship with the *plebs*, with the army, etc. However, amid the story told by Suetonius, several characters take part in the events of the lives of the biographed men, including Caesar. Therefore, in this paper, we will focus our analysis specifically on an important woman in Caesar's life: his own daughter, Julia. Thus, we will analyze how this character is portrayed, mainly examining how autonomous she can be about the events of her own life in the narrative constructed by the biographer.

**Keywords:** Julia; Julius Caesar; Suetonius; *De vita Caesarum*; Pompey.

### INTRODUÇÃO: A CRISE DA REPÚBLICA E AS ALIANÇAS POLÍTICAS

A narrativa da crise republicana em Roma é, na historiografia especializada, um tema recorrente. Diversos pesquisadores já se debruçaram sobre o mesmo e, como é recorrente na ciência histórica, a partir de metodologias e quadros teóricos distintos, realçaram características diferentes do período, estabeleceram diversas balizas temporais possíveis para delimitá-lo e analisaram suas configurações a partir dos olhares e perspectivas de uns ou outros personagens históricos.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista CAPES. Projeto de pesquisa atual: Mecanismos de controle e atos de insubordinação das clientelas militares: uma análise cruzada das Guerras Civis da República Romana, sob orientação do Prof. Dr. Deivid Gaia. E-mail: amanda.p.borges@hotmail.com

A longa tradição historiográfica que examinou as últimas décadas do século I a.C. não poderia ser resumida com justiça em apenas alguns parágrafos –boa parte de suas nuances seriam perdidas. No entanto, é válido destacar que, para a maioria dos pesquisadores que estudaram o tema, alguns tópicos tendiam a se sobressair com frequência. Assim, a crise da República Romana, como tradicionalmente foi apontada por grande parte da historiografia especializada, configurou-se no bojo da fragilização do poder do Senado enquanto gestor da extensão territorial que Roma havia alcançado com as guerras de expansão, principalmente aquelas contra a cidade de Cartago, no contexto das Guerras Púnicas. De acordo com Francisco de Oliveira:

Na verdade, o que se seguiu à II Guerra Púnica, a qual deu a Roma o predomínio no Mediterrâneo ocidental, foi uma espécie de movimento inexorável de conquista de territórios do ocidente e do oriente, onde se devem assinalar: a derrota definitiva da Macedônia em 168 (III Guerra da Macedônia) e a sua transformação em província em 147-146, decisão cimentada com a construção da via Egnácia; a destruição de Corinto, arrasada em 146, sendo os seus habitantes vendidos como escravos e a Acaia organizada em província; o aniquilamento de Cartago também em 146, transformada na província de África; a vitória sobre Numância em 133; a incorporação do reino de Pérgamo, que o rei Átalo deixa em testamento aos Romanos, originando a criação da província da Ásia (133). (OLIVEIRA, 2015, p. 236-237)

Nota-se, portanto, que a vitória nos conflitos contra Cartago trouxe, além do domínio do Mar Mediterrâneo, o impulso e o poder de conquista de uma série de localidades ao redor do mundo até então conhecido. Roma se tornou, assim, no decorrer do aprofundamento de uma ativa política expansionista, o epicentro de uma espécie de império mundial, fazendo acelerar a constituição de uma configuração político-social diferente daquela da Roma Arcaica, dividida essencialmente entre patrícios e plebeus. Essa nova ordem, inversamente, contava com uma variedade razoavelmente recente de estatutos sociais dos indivíduos. No entanto, a variação da estratificação social não resultou em uma extensa abertura para a ascensão individual por essas camadas: ao contrário, a nova conjuntura econômica, propiciada pelo intenso afluxo de riquezas advindo das conquistas das guerras travadas<sup>2</sup>, não aboliu o privilégio político de controlá-las, de forma que as desigualdades sociais, na verdade, se aprofundaram extremamente

---

<sup>2</sup> “(...) a ocupação, pilhagem e exploração dos territórios conquistados, incluindo minas de materiais preciosos, como em Espanha e na Macedônia, cujo precedente já se encontra na conquista de Veios em 396, juntamente com a imposição de indenizações de guerra e de contribuições várias que provocam grande afluxo de capital, levaram os Romanos a um nível material de prosperidade que excedia o de qualquer outro povo do Mediterrâneo.”. Ver: OLIVEIRA, 2015, p. 255.

durante essa época, reduzindo, por exemplo, muitos camponeses à miséria (ALFÖLDY, 1989, p. 58-59; 74).

A questão é que os conflitos contra Cartago impulsionaram um projeto expansionista romano que, ao fim, alargou os domínios de Roma e transformou-a no centro administrativo de um *imperium* muito mais extenso do que a estrutura política voltada às necessidades de uma Cidade-Estado era capaz de absorver e, de fato, gerir (ALFÖLDY, 1989, p. 75-76). Isso fez explodir, no seio da sociedade romana, uma série de tensões sociais que eclodiram em conflitos internos, fazendo ruir a República Romana como um todo: têm-se, portanto, as revoltas dos escravos, as que estouraram nas províncias romanas, as levadas a cabo pelos italianos, e, também, as Guerras Civis da República Romana, como aquela de 49-45 a.C., entre Júlio César e Pompeu (ALFÖLDY, 1989, p. 83-89).

Considerando esse cenário, Nathan Rosenstein defendeu, em um importante trabalho na década de 90, que a falta de ameaças estrangeiras no pós-domínio sobre o Mediterrâneo, alinhada à complexidade das guerras internas, arruinaram o delicado equilíbrio político e militar que havia caracterizado as camadas dirigentes de Roma até então: a proporção dos conflitos sociais internos ao *imperium* romano exigiu generais mais habilidosos, que precisaram ficar cada vez mais tempo no comando de seus exércitos, acumulando poder e glória de forma nunca antes admitida ou vista pelo Senado (ROSENSTEIN, 1990, p. 1-54). Karl Hölkeskamp, defendendo uma linha interpretativa semelhante, reconheceu um aumento exponencial da rivalidade dentro da aristocracia romana nas últimas décadas da República, e atribuiu tal fato a uma cultura política de competição e acúmulo de honrarias, que sempre fez parte do modo de vida da camada dirigente de Roma, mas que o final do século I a.C. viu se intensificar em razão da ascensão extrema dos generais no cenário político da época e do consequente desmantelamento de um quadro de referência de comparabilidade entre os mesmos (HÖLKESKAMP, 2010, p. 90-91; 124).

Não é difícil compreender, a partir desse panorama, que o cenário político do século I a.C. era um dos mais complexos: grandes generais de exército passaram a ocupar um lugar absolutamente central nas discussões e a disputa aristocrática crescia a olhos vistos, de uma forma ainda sem registros prévios na história de Roma. Dessa forma, não causa estranhamento destacar que muitos desses aristocratas buscavam, a todo o momento e por diversos meios, firmar alianças que os garantisse um mínimo de estabilidade de atuação dentro desse cenário caótico que Roma vivia.

Nesse artigo, será discutido, precisamente, um desses momentos de tentativa de estabelecimento de uma aliança política: o casamento, em 59 a.C., de Júlia, filha de Júlio César, com Pompeu, um grande comandante de exército, cujas grandes conquistas o tornavam, aos olhos de César, um homem a quem valia a pena aliar-se, ao mesmo tempo que buscava superá-lo. Contudo, nesse trabalho, buscar-se-á analisar a passagem da biografia de César por Suetônio na qual esse casamento é narrado (Suet. *Iul.* 21). Com isso, o objetivo não será discutir, como é o caso de muitos trabalhos historiográficos, o impacto deste na aliança tríplice entre César, Crasso e Pompeu, ou a eclosão da Segunda Guerra Civil de 49-45 a.C., ou mesmo o uso do casamento como uma estratégia comum no século I a.C. para o estabelecimento de alianças políticas. Aqui, buscar-se-á estudar a forma como, muitos anos depois do ocorrido, esse evento foi narrado e que tratamento foi dispensado a uma das protagonistas do mesmo: Júlia.

### ***DE VITA CAESARUM E A PROPOSTA DE SUETÔNIO***

O gênero biográfico era significativamente distinto, no mundo antigo, da forma como hoje é concebido no mundo moderno. De acordo com Uiran da Silva, a primeira diferença é que, para os modernos, a biografia é necessariamente inscrita no seio da disciplina histórica: a vida de alguém é narrada a partir da compreensão de sua relação subjetiva com o desenrolar dos acontecimentos que atingem a sociedade em que se vive. A biografia é, em essência, um ponto de vista histórico (2008, p. 71). Para os antigos, o caso era diferente: a biografia não era, necessariamente, histórica, visto que, segundo as tradições de Heródoto e Tucídides, a História se caracterizava pela preocupação com os agentes coletivos – o povo da Hélade e as Cidades-Estado, que dividiam esse povo da Hélade, por exemplo. A biografia inseria-se, portanto, em outro ramo da escrita.<sup>3</sup>

Além disso, na Antiguidade, a característica fundamental de uma biografia era realizar um delineamento de caráter, o que a aproximaria de uma visão mais antiquarista da História, mais distante do regime de historicidade estabelecido hoje. Assim, o uso dos adjetivos era particularmente forte, bem como a seleção cuidadosa de episódios da vida do biografado – ou uma atenção especial a um e não a outro acontecimento – que ilustrassem esse caráter a ser delineado. Também era comum o uso de anedotas pelo mesmo motivo (DA SILVA, 2008, p. 72-73).

---

<sup>3</sup> Essa perspectiva vai se alterar entre os séculos III e II a.C. Ver: DA SILVA, 2008, p. 74.

Esses pontos essenciais elencados no parágrafo anterior vão se manter mesmo nos modelos romanos, incluindo o trabalho de Suetônio. No entanto, mesmo que o autor também tivesse a intenção de delinear o caráter de seus biografados, como outros biógrafos antigos, há algumas características particulares em seus trabalhos: 1) sua narrativa não é cronológica, mas sim quase temática: Suetônio faz uma seleção dos episódios que considera que melhor são capazes de traduzir as principais características do indivíduo; 2) o autor apresenta seu biografado de diversos ângulos, buscando não tornar suas opiniões obviamente explícitas; e 3) a personalidade do biografado é estática, ou seja, “a narrativa não apresenta um desenvolvimento da personalidade; não há uma gradual aquisição de valores e características” (DA SILVA, 2008, p. 76).

Ou seja, desde o princípio, Suetônio tem o objetivo de pintar a vida do biografado com cores específicas, mostrando-o como dono de valores, qualidades e defeitos determinados. Além disso, há outra importante característica dessa obra: a recusa do modelo do panegírico grego, que fazia parte de uma tradição elogiosa e glorificadora dos biografados, cuja composição era explicitamente pouco comprometida com a veracidade dos traços de personalidade que eram impostos à personalidade biografada. O empreendimento de Suetônio consistia em uma investigação da realidade das vidas descritas, mesmo que se possa discutir o alcance da factibilidade desse projeto frente às opiniões próprias do autor sobre o homem cuja biografia ele escreveu (DA SILVA, 2008, p. 76).

A obra *De vita Caesarum* é composta pela vida de doze personalidades distintas – Júlio César, Otávio Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. A biografia de César abre a coletânea, mas ela tem um tom bastante diferente das outras. De acordo com Bruno Torres, pouco se sabe sobre a vida pessoal de Caio Suetônio Tranquilo, mas acredita-se que o biógrafo tenha nascido em Roma (por volta de 69 d.C.) ou, ao menos, morado na cidade desde muito jovem, e que sua família não pertencia, tradicionalmente, às camadas dirigentes de Roma – seu avô foi, possivelmente, um liberto –, mas essa situação teria se alterado com seu pai, que passara a pertencer à ordem equestre (2017, p. 14). Presume-se, então, que ele tenha crescido já em um ambiente aristocrático, cercado por nomes influentes de sua época. De fato, sabe-se que, em seu círculo social, estava Plínio, o Jovem, por exemplo. Além disso, Suetônio foi um grande erudito de sua época e chegou a administrar as bibliotecas públicas de Trajano e ser secretário imperial de Adriano – uma hipótese corrente é que o autor tenha conseguido material para escrever suas biografias através de registros

imperiais, que o mesmo pôde ter acesso ao ocupar esses cargos. Desse modo, fica claro que a posição social que ocupava influenciou na produção de sua obra.

Os senadores não eram, todavia, apenas parte da camada que politicamente dirigia Roma; eles eram, também, a representação de sua intelectualidade: eles produziam os relatos oficiais sobre sua época e as épocas passadas. Dessa forma, no caso de Suetônio, que possuía uma relação muito próxima com essa elite intelectual, não surpreende que os relatos da vida dos imperadores que não se relacionaram de forma positiva com os *patres* enquanto viveram fossem bastante dúbios, como é o caso de Nero.

Contudo, no caso de Júlio César, Suetônio faz uma imagem bastante positiva do mesmo, destacando sua piedade, coragem e capacidade de liderança; seu maior defeito, na verdade, é quase uma espécie de elogio: César teria sido arrogante o suficiente para acumular uma série de poderes – e Suetônio jamais diz que ele não os fez funcionar. Mas o motivo que o autor aponta para que uma boa parte dos senadores decidisse por sua morte foi quando ele recebeu sentado, e não de pé, os *patres* que vinham apresentar-lhe decretos que lhe conferiam altas mercês (Suet. *Iul.* 78). É interessante como o desprezo por pequenas regras de funcionamento de uma instituição que já se considerava à beira da falência é uma das poucas coisas que Suetônio admite que depunha contra César.

Sabe-se que César não manteve, de forma geral, boas relações com uma parcela razoavelmente significativa dos senadores. Boa parte de sua vida foi construída por meio de um constante embate com os ocupantes do Senado (BRANDÃO, 2009, p. 99-100). Apesar disso, a representação da sua figura é, de forma geral, bastante positiva. É possível que o motivo para tal seja precisamente o mesmo pelo qual sua vida abre a coleção de biografias: César aparece quase como se fosse o fundador de uma nova época para Roma; a ideia é validar a perspectiva de uma liderança concentrada nas mãos de um único homem. Torres, ao analisar a obra de Suetônio comenta:

Notamos então que, entre os primeiros integrantes da dinastia nerva-antonina, sobressai o entendimento de que o próximo *princeps* não deveria ser adotado apenas por conveniência consanguínea e familiar, como ocorreu com a dinastia júlio-claudiana e a dinastia flaviana. Entendemos que, em parte, é essa dinastia que coloca em prática o princípio defendido pela historiografia senatorial, isto é, o de se adotar os melhores nomes dentre os senadores para assumir as rédeas do Principado. Mesmo os nerva-antoninos tendo utilizado a adoção como um instrumento para marcar quem deveria ser o próximo *princeps*, entre eles, isso se deu como numa espécie de conclave. As escolhas e as consequentes adoções se inclinavam aos mais preparados do corpo senatorial. Nesse momento, os senadores, diferentemente dos da antiga

República, tinham a consciência da necessidade de se ter um homem forte – o *princeps* – tanto para a manutenção da paz interna, como também para a expansão dos limites do *imperium* (TORRES, 2017, p. 17-18).

Ou seja, Suetônio acreditava em uma liderança concentrada nas mãos de um homem, mas acreditava que ele precisava ser sábio o suficiente para adotar o melhor sucessor possível. Assim, não é à toa que a biografia de Júlio César e a seguinte, a de Augusto, tenham tantos traços de elogios: eles são modelos de governantes, uma mensagem que Suetônio enviou aos seus pares sobre os tipos de homem que deveriam estar à frente de Roma. Brandão seguiu pela mesma linha interpretativa: o Júlio César de Suetônio, para ele, seria um homem intrépido, clemente, um dos poucos entre os Césares a chegar ao poder pelas forças de seus próprios braços – outros o teriam alcançado de forma passiva ou contra a vontade; todo o motivo da narrativa da vida de César, segundo esse autor, seria mostrar seu ar de desafio e despeito à aristocracia republicana acomodada e apática (2009, p. 101-102).

A partir de tal projeto, Suetônio construiu uma biografia centrada em Júlio César com um objetivo específico em mente. No entanto, como não poderia deixar de ser, a vida desse personagem cruza, a todo o momento, com diversos outros: a narrativa de sua alçada ao poder, por exemplo, tema central da biografia, não estaria completa sem o registro do firmamento – e rompimento – de suas alianças políticas, principalmente em tempos de crise republicana. Evidentemente, acordos precisam de, no mínimo, duas partes interessadas, não podendo ser feitos por uma única pessoa. O firmado entre Júlio César e Pompeu envolvia diretamente mais outro indivíduo: Júlia. Todavia, como já é possível começar a delinear a partir das características da obra de Suetônio, sua visão de César como fundador de uma nova época política em Roma praticamente apagou, quase por completo, a participação de Júlia em seu próprio casamento, e é por isso que essa passagem, apesar de não ser a única narrativa do evento, é tão interessante: será que mesmo em uma documentação determinada a lançar uma luz tão brilhante sobre outro personagem é possível encontrar indícios da atuação das mulheres?

## O CASAMENTO DE JÚLIA

A menção de Suetônio sobre o episódio do casamento de Júlia é breve:

Mais ou menos nessa época, casou-se com Calpúrnia, filha de Lúcio Pisão, que deveria sucedê-lo no consulado, e prometeu sua própria filha Júlia a Cneu Pompeu, rompendo um acordo de noivado prévio com Servílio Cépio, embora este pouco antes tivesse prestado a ele um serviço conspícuo em sua competição com Bibulus. Depois dessa nova aliança, ele começou a chamar Pompeu primeiro para dar sua opinião no Senado, mesmo que antes fosse seu hábito começar por Crasso e fosse uma regra o cônsul pedir opiniões, no continuar do ano, na ordem em que ele havia estabelecido no início do ano. (Suet. *Iul.* 21)<sup>4</sup>

Primeiramente, é válido observar a escolha que o autor faz em termos de organização da narrativa: a passagem na qual Suetônio narra o casamento de Júlia é a mesma na qual ele menciona, um em seguida do outro, uma série de acordos políticos, inclusive outro casamento: primeiramente, ele afirma que César casou-se com a filha do futuro cônsul; depois menciona o casamento entre Júlia e Pompeu; em sequência, relata que havia um acordo prévio entre César e Servílio Cepião, que fora quebrado; depois menciona que o acordo aproximou César de Pompeu – este agora passando a ser o homem a quem César pedia opiniões primeiro, não mais a Crasso.

Não há nenhuma descrição dos ritos matrimônios romanos, nenhuma menção à relação – nem mesmo para ressaltar se era inexistente – prévia entre Pompeu e Júlia, nenhuma pista sobre os sentimentos de Júlia sobre o arranjo. Suetônio trata o casamento como um ato político tal qual outro qualquer: como o casamento do próprio César e sua relação com Bíbulus, Pompeu e Crasso. A narrativa é tão breve quanto é clínica: Júlia casou-se com Pompeu como parte de um dos acordos de seu pai e isso é tudo que se precisa saber. De fato, Suetônio, atento ao processo de ascensão ao poder de César, informa o necessário sobre o personagem: o general abandonou um acordo prévio já firmado e casou sua filha com um homem muito mais velho do que ela porque viu a oportunidade de fortalecer uma aliança que poderia lhe trazer muito mais vantagens políticas, principalmente tendo em vista a influência de Pompeu no Senado. Júlia é apenas um instrumento que tornou esse objetivo possível.

Isso fica ainda mais claro quando se observa o verbo utilizado: *conlocō*. Esse verbo tem sentidos como “arranjar”, “preparar”, sendo um de seus significados possíveis “dar em casamento” (LEWIS, 1891, p. 444). Ainda, *Iuliam* está no caso acusativo

---

<sup>4</sup> Trad. nossa em português a partir da trad. inglesa de Rolfe, 1914. Em latim: *Sub idem tempus Calpurniam L. Pisonis filiam successuri sibi in consulatu duxit uxorem suamque, Iuliam, Gnaeo Pompeio conlocavit repudiato priore sponso Servilio Caepione, cuius vel praecipua opera paulo ante Bibulum inpugnaverat. Ac post novam adfinitatem Pompeium primum rogare sententiam coepit, cum Crassum soleret essetque consuetudo, ut quem ordinem interrogandi sententias consul Kal. Ianuariis instituisset, eum toto anno conservaret.*



feminino singular, sendo, portanto, o objeto direto da frase. Lê-se assim que César “arranjou Júlia”, deu-a em casamento. Gnaeo Pompeio, no caso dativo masculino singular, é o objeto indireto. Por isso, não apenas César “arranjou” Júlia; ele também deu-a em casamento, e a frase marca que ela tinha um destino certo: Pompeu.

A opção pelo uso, nesse artigo, da edição de 1914 da editora Loeb da fonte instrumentalizada se deu, entre outras questões, pela sua interessante opção de tradução feita por J. C. Rolfe. Para transmitir o sentimento por trás da oração mais crua “deu/arranjou sua filha em casamento para Pompeu”, Rolfe opta pela expressão “affianced his own daughter Julia to Gnaeus Pompeius”. “To affiance”, em inglês, é firmar um juramento em relação à promessa de casar-se. No entanto, o autor, seguindo a estrutura do texto original, coloca César como sujeito do verbo e Júlia como seu objeto direto. Em português, uma promessa não formal sobre um casamento seria o mesmo que noivar. Em uma construção típica, isso implicaria em um sujeito que pratica a ação e um objeto indireto sobre quem a ação do verbo recai. Contudo, aqui, a ação de César recai sobre um objeto direto e um indireto, algo como “César noivou sua filha com Pompeu” ou, em uma tradução que pudesse causar menos estranhamento em termos de sua construção, “César prometeu sua filha em casamento para Pompeu”. Isso deixa claro que não há, na narrativa, espaço para Júlia a não ser como um elemento que pode ser disposto pelo pai. É ele o sujeito do verbo “prometer”, papel que não coube à própria Júlia.

É claro, essa não é uma configuração, para a antiguidade, completamente estranha ou presente apenas no texto de Suetônio. Acredita-se que:

[seja] possível que noivados romanos tenham tido suas origens em acordos entre *patres familias* para vender suas filhas ao futuro noivo por determinado preço. De todo modo, um noivado era um *pactio* ou *sponsio* entre dois homens – o futuro marido e o pai ou guardião da noiva. Juristas romanos parecem divididos quanto à questão se um *pater familias* tinha o direito de forçar seu filho ou sua filha sob seu poder de *patria potestas* a casar, visto que, ao mesmo tempo, buscavam deixar claro que era dever do pai ou guardião garantir um casamento adequado para seu filho ou filha (HERSCH, 2010, p. 39-40).

Embora a própria lei romana constantemente relembresse do dever do pai em encontrar um marido adequado para sua filha, não deixava claro, muitas vezes, se ela poderia ser obrigada ou não a casar. Suetônio não indica, em sua passagem, se Júlia foi ou não forçada ao casamento, mas isso não era relevante para sua narrativa ou condizia com a forma como os romanos, de forma geral, viam o casamento: Pompeu, um dos

homens mais influentes na política romana e, desde muito novo, um general coberto de glórias, não era um noivo pelo qual César poderia ser acusado de não estar cumprindo seu dever para com Júlia.

Além disso, e ainda mais importante, o casamento, mesmo quando a mãe tomava a frente na escolha do futuro marido da filha, ainda assim era um contrato entre homens: a filha, sob o poder *patria potestas*, só poderia casar-se com a permissão do pai e só passaria a estar sob a guarda do marido com a permissão deste. Por exemplo, no caso de Túlia, filha de Cícero, a mãe garantiu seu noivado com Dolabella sem a permissão de seu marido, o que demonstra, no mínimo, que essa situação era legalmente possível desde que o pai não se pronunciasse contra: seu silêncio poderia equivaler a uma permissão, mas sua recusa ainda prevalecia sobre os desejos dos filhos e da esposa (HERSCH, 2010, p. 40). Assim, em última instância, o acordo ainda era estabelecido entre dois homens.

Isso é perfeitamente condizente com a forma como Suetônio relata o acontecido: Júlia, primeiramente, estava prometida a Servílio Cepião – como parte de um acordo por sua ajuda contra Bíbulo. Depois, foi prometida a Pompeu como parte de uma estratégia para fortalecer os laços entre este e César. A promessa do noivado e a escolha do futuro marido é feita por César e somente por ele: Júlia não tem espaço ou protagonismo no próprio casamento.

Evidentemente, no entanto, essa perspectiva parte da narrativa de um biógrafo que não apenas tem ciência das leis romanas como também, como já foi discutido, buscou, ao longo de toda a construção da biografia de César, fazer um retrato específico do general: astuto, um líder capaz e intrépido. Dessa forma, nesse ponto da história que o autor se propõe a contar, Suetônio elenca uma série de acordos que o mesmo fez para assegurar alianças extremamente valiosas, que permitiriam ao general tornar-se cada vez mais influente em Roma.

É improvável que Júlia fosse, porém, como personagens históricos raramente são, completamente passiva aos acontecimentos políticos ao seu redor. A questão é que mulheres, principalmente mulheres que integravam famílias pertencentes às elites administrativas de Roma, possuíam frequentemente um papel de proeminência em acordos políticos e questões de ordem pública, mas suas palavras, silenciadas pelas fontes que quase sempre diminuía suas conexões e enfatizavam seus papéis de gênero – casar, ter filhos, dentre outros –, ficaram, muitas vezes, perdidas para os historiadores. Roma era um lugar onde a família patriarcal e suas tradições tinham um enorme peso na vida política. Dessa forma, a atuação mais incisiva dessas mulheres e sua participação mais

ativa nesses acordos – principalmente no século I. a.C., quando a crise política forçou as camadas dirigentes de Roma a buscarem, a todo tempo, novas alianças para manterem-se relevantes no conturbado cenário em que se vivia – se dava, muitas vezes, do interior das estruturas familiares.

No caso de Júlia, por exemplo, apesar de Suetônio tratar de seu casamento como uma das estratégias de seu pai, também é ele que informa que César organizou um combate de gladiadores e um banquete em honra a ela, após a sua morte (Suet. *Iul.* 26). A organização do parágrafo, de fato, dá a entender que César o fez como parte de uma série de outros eventos destinados a ganhar o favor do povo na próxima eleição ao consulado. No entanto, mesmo que, mais uma vez, Suetônio coloque Júlia como uma peça nos jogos políticos de César, ele admite que um evento de tal magnitude em homenagem a uma filha era algo sem precedentes. Mesmo que César estivesse buscando os favores do povo, determinadas atitudes, tradicionalmente, tinham o histórico de consegui-lo com eficiência, como a construção de obras públicas. César, de fato, como coloca Suetônio, construiu um fórum grandioso nessa mesma época. No entanto, a organização de um evento em honra à sua filha, mesmo que contasse com um banquete e com o combate de gladiadores para entreter o povo, fugia à tradição. Assim, apesar de bastante pequeno, César correu o risco de, ao homenagear sua filha, causar estranhamento às pessoas cuja simpatia ele gostaria de conquistar; um primeiro indício de que Júlia, no interior daquela família, não era, para o pai, apenas uma peça em um tabuleiro de xadrez.

Ainda, uma questão interessante: Júlia foi prometida a Pompeu como uma tentativa de fortalecer uma aliança entre este e César. É pouco provável que esta fosse se manter para sempre: o clima de competição aristocrática no século I. a.C., como já foi mencionado, era intenso e o desgaste político e institucional acontecia inexoravelmente. O crescimento político dos generais tensionava as relações, principalmente de uns com os outros, ao passo que eles agregavam, em torno de si, aliados e, também, faziam inimigos. Muitos historiadores, por isso, parecem relutantes em atribuir à Júlia um papel proeminente em atrasar a Guerra Civil que estouraria entre seu pai e seu marido, em 49 a.C – muito possivelmente, isso se deve também ao fato de que a relação privada entre Júlia e Pompeu, em seu âmbito familiar, não pode ser sondada com um grau razoável de certeza. No entanto, o fato é que a aliança entre César e Pompeu inegavelmente começou a desmoronar a olhos vistos nos anos seguintes à morte de Júlia.

Poucos anos após o falecimento de sua filha, ainda estimulado pelo clima de competição aristocrática que, aqui, já se mencionou, César partiu para as Gálias e se

lançou em uma campanha de pacificação e conquista que não havia nem mesmo sido ordenada pelo Senado. O período de ausência de César em Roma, por sua vez, rendeu a Pompeu uma reaproximação com a maior parte dos senadores, que nunca nutriram grande afeição por César. Sem Júlia, a única conexão entre os dois foi finalmente rompida com a morte de Crasso em batalha.

Outra evidência em relação à importância de Júlia e de sua atuação junto a César e Pompeu para tentar evitar que a tensão e competitividade entre ambos estourassem pode ser encontrada no trabalho de Erich Gruen. O autor (1995, p. 453) destaca que, no contrato de casamento entre Júlia e Pompeu, César nomeou seu futuro genro como herdeiro principal de suas propriedades; no entanto, mesmo depois que a morte de sua filha provocou uma alteração nos termos do contrato, César não removeu Pompeu de seu testamento até quase o início da Guerra Civil entre ambos.

É preciso que se destaque que César e Pompeu não eram amigos no sentido moderno do termo, que carrega quase unicamente uma carga afetiva, mas sim no sentido romano: a amizade era um laço de obrigações pessoais entre dois membros de um mesmo estrato social, forjado no seio das facções políticas e, portanto, marcado principalmente pela troca de favores, mesmo que pudesse, também, carregar essa carga afetiva (KONSTAN, 2005, 181-185). Assim, a partir do momento em que a morte de Júlia alterou os termos que uniam César e Pompeu e a mutualidade de suas obrigações foi quebrada, não havia mais nenhum motivo para César manter seu ex-genro em seu testamento. Antes do casamento da mesma com Pompeu, também não há nenhum indício de uma afeição particular que os unisse. O mais provável é que, a partir da atuação de Júlia, os laços entre César e Pompeu tenham, de fato, se estreitado a ponto do primeiro, talvez por respeito à memória da filha e ao contrato que a uniu ao seu marido, ter decidido não cortar todos os laços que o uniam a Pompeu, mesmo quando, anos depois, a aliança entre os dois já não lhe era mais útil como um dia fora – principalmente depois do distanciamento experimentado a partir de 58 a.C., quando a campanha nas Gálias foi iniciada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desse modo, tem-se que, apesar da forma como Suetônio representa Júlia na biografia de seu pai, ela muito provavelmente foi mais importante do que a narrativa deixa transparecer. A história contada por Suetônio, completamente centrada em César, praticamente apaga qualquer outro ator social, mas é especialmente sobre as mulheres

que esse obscurecimento vai aparecer com mais clareza. Suetônio menciona Júlia em quatro ocasiões distintas: a primeira é a ocasião de seu nascimento (Suet. *Iul.* 1), a segunda é a de seu casamento com Pompeu (Suet. *Iul.* 21), a terceira é a de sua morte (Suet. *Iul.* 26) e a quarta é uma retomada da narrativa de seu casamento para destacar o caráter de bom negociador de César, que fez Pompeu abandonar sua atual esposa em favor de Júlia (Suet. *Iul.* 50). No entanto, ela só é mencionada pelo nome – e não como “filha de César” – quando de seu nascimento e casamento. No seu nascimento, Suetônio apenas está apresentando a família de César e a filha que sua esposa lhe deu; depois, ele se refere a ela pelo nome quando ela cumpre um dos papéis de gênero destinado à mulher: casa-se com o pretendente determinado por seu pai. Em sua morte e na rememoração do brilhantismo de César em termos de sua persuasão enquanto negociador, Júlia é apenas filha.

Ainda, vale destacar que, na passagem relativa ao casamento de Júlia analisada nesse artigo, por exemplo, ela é prometida a Pompeu. No entanto, os personagens masculinos mencionados, mesmo ofuscados pela luz brilhante do foco que Suetônio dispõe sobre César, têm certa voz: Pompeu dá opiniões a César, Crasso também costumava fazê-lo e Servílio Cepião auxiliou César contra Bíbulo. Júlia, no entanto, é “dada em casamento” ou, na tradução mais suave de J. C. Rolfe, “prometida”.

Esse trabalho, evidentemente, não é uma acusação contra o autor da biografia, e nem poderia sê-lo: Suetônio escreveu no século I d.C. e era fruto de seu tempo e das ideologias da época, além de ser um biógrafo, de forma que seu foco tão firme em César era mais do que esperado. No entanto, o que se buscou fazer, nesse trabalho, foi dar uma pequena e quase ensaística contribuição, através do estudo de caso das menções à Júlia na biografia de Suetônio, a uma nova perspectiva historiográfica, que busca entender a atuação das mulheres romanas dentro de suas possibilidades e limites – muitas vezes realmente de dentro do âmbito familiar –, buscando indícios em fontes, a princípio descompromissadas em amplificar suas vozes, de sua participação e importância nas esferas pública e privada.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **DOCUMENTAÇÃO**

SUETONIUS. *Lives of the Caesars, Volume I: Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula.* Trad. J. C. Rolfe. Loeb Classical Library 31. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFÖLDY, Géza. *Historia social de Roma*. Trad Maria do Carmo Cary. 1ed. Lisboa: Editorial Presença, LAD, 1989.
- BRANDÃO, José L. *Máscaras dos Césares: teatro e moralidade nas vidas suetonianas*. 1ed. Coimbra: Annablume, 2009.
- DA SILVA, Uiran G. *A escrita biográfica na Antiguidade: uma tradição incerta*. In: Politéia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008.
- GRUEN, Erich S. *The Last Generation of the Roman Republic*. 1ed. Berkeley: University of California Press, 1995.
- HERSCH, Karen. *The roman wedding: ritual and meaning in Antiquity*. 1ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HÖLKESKAMP, Karl-J. *Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research*. Trad. Henry Heitmann-Gordon. 1ed. New Jersey: Princeton University Press, 2010.
- KONSTAN, David. *A Amizade No Mundo Clássico*. São Paulo: Odysseus, 2005.
- LEWIS, Charlton T. *An Elementary Latin Dictionary*, New York: Harper & Brothers, 1891.
- OLIVEIRA, Francisco. Consequências da expansão romana. In: BRANDÃO, J.; OLIVEIRA, F. (orgs.). *História de Roma antiga volume 1: das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- ROSENSTEIN, Nathan. *Imperatores Victi: military defeat and aristocratic competition in the middle and late republic*. 1ed. Oxford: University of California Press, 1990.
- TORRES, Bruno. *A construção de um princeps: tradução e comentários sobre a Vida de Tito, de Suetônio*. 95f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.